

PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS POR SEUS RESPONSÁVEIS: uma revisão de literatura

DOI: 10.48140/digitaleditora.2020.001.11

11

RESUMO

Objetivos: O objetivo do presente trabalho é compreender a importância do farmacêutico e seu papel no combate a prática da automedicação em crianças por seus responsáveis, por meio do conhecimento dos riscos e dos medicamentos mais usados e identificar as classes de medicamentos mais utilizados na automedicação.

Métodos: Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica de um levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de revistas on-line e meios eletrônicos.

Resultados: Ao analisar os artigos selecionaram-se os que estavam concernentes aos objetivos, no total de 09 artigos que condizem perfeitamente com os todos os critérios de inclusão foram selecionados. Nesta situação, além da intoxicação, a ingestão de medicamentos por conta própria pode causar outros danos à saúde, mascarando sintomas de doenças mais graves, além de agravar distúrbios já existentes, proporcionando sintomas ainda mais indesejáveis, além do risco das reações adversas.

Conclusão: Diante do exposto, os resultados apontam que o profissional farmacêutico pode contribuir de maneira expressiva no combate a prática da automedicação em crianças por seus responsáveis e é indispensável que este tenha uma visão holística de causa e consequência à cerca do uso inadequado dos fármacos.

**Andréia Suyane Ramos
Guimarães**

Graduanda em Farmácia pela
AESPI – Ensino Superior do Piauí
Teresina – Piauí



<https://orcid.org/0000-0002-8018-5281>

**Maria Vandilene Bezerra
Nogueira da Silva**

Graduanda em Farmácia pela
AESPI – Ensino Superior do Piauí
Teresina – Piauí



<https://orcid.org/0000-0001-5680-8525>

**Francisco das Chagas Araújo
Sousa**

Médico Veterinário, Doutor em
Ciência Animal e Professor Adjunto
da AESPI – Ensino
Superior do Piauí



<https://orcid.org/0000-0001-7244-9729>

PALAVRAS-CHAVES: automedicação pediátrica, reação adversa, cuidado farmacêutico.

PRACTICE OF SELF-MEDICATION IN CHILDREN FOR THOSE RESPONSIBLE: A LITERATURE REVIEW

DOI: 10.48140/digitaeditora.2020.001.11

11

ABSTRACT

Objectives: The objective of the present study is to understand the importance of the pharmacist and his role in combating the practice of self-medication in children by their parents, through knowledge of the risks and most used drugs and to identify the classes of drugs most used in self-medication.

Methods: This is a descriptive and bibliographic survey of a survey of all bibliography already published in the form of online magazines and electronic media

Results: When analyzing the articles, those that were related to the objectives were selected, in the total of 09 articles that perfectly match all the inclusion criteria were selected. In this situation, in addition to intoxication, taking medications on your own can cause other health damage, masking symptoms of more serious diseases, in addition to aggravating existing disorders, providing even more undesirable symptoms, in addition to the risk of adverse reactions.

Conclusion: Given the above, the results indicate that the pharmaceutical professional can contribute significantly in combating the practice of self-medication in children by their guardians and it is essential that they have a holistic view of the cause and consequence of the inappropriate use of drugs.

Recebido em: 30/11/2020
Aprovado em: 10/12/2020
Conflito de Interesse: não
Suporte Financeiro: não houve

KEYWORD: Pediatric Self-Medication, Adverse Reaction, Pharmaceutical Care



INTRODUÇÃO

A automedicação é conceituada como a utilização de medicamentos sem prescrição ou acompanhamento de um profissional de saúde normalmente ocorre para tratar doenças ou sintomas e deve ser entendida como um dos elementos do autocuidado (SILVA et al., 2014).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017), a automedicação é um hábito frequente na população brasileira no qual cerca de 50% dos medicamentos adquiridos pelo Brasil são incorretamente prescritos, de acordo com os dados adquiridos 80 milhões de pessoas praticam a automedicação e mais de 50% os usam incorretamente.

Vários fatores induzem a prática da automedicação, destacando-se a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e ao profissional responsável pela prescrição do medicamento, a economia de tempo (passar na farmácia é bem mais rápido do que ir ao médico), o acesso rápido às informações sobre medicamentos na internet, influência de propaganda, facilidade de adquirir medicamentos sem prescrição. Outros motivos que levam a pessoa a se medicar por conta própria é a angústia e o desespero pela possibilidade de ter adquirido uma doença (MARINHO et al., 2015).

Dentre os fatores de risco da automedicação estão incluídos a falta de conhecimento, carência de informações e instruções, pois grande parte da população não conhece os riscos que os medicamentos podem trazer. Outra preocupação é a combinação inadequada de medicamentos onde um remédio anula o efeito do outro. E, apesar de aliviar dor e sintomas de imediato, pode causar complicações como reações alérgicas, dependência e até mesmo a morte (TREBIEN, 2011).

A automedicação é algo preocupante na sociedade principalmente em crianças e pessoas de terceira idade, em que alguns deles usam e abusam dos fármacos. Os idosos com menor grau de escolaridade praticam a automedicação com mais frequência, podendo fazer com que o uso excessivo possa afetar a qualidade de vida deles. O uso irracional de medicamentos em criança geralmente se dá pela irresponsabilidade dos pais. Muitos relatam que a febre é um dos principais motivos para medicar os filhos por conta própria (MEDEIROS et al., 2011).

Como se caracteriza a prática da automedicação em crianças por parte dos seus responsáveis? Há um elevado índice da prática de automedicação em crianças por parte dos seus responsáveis, a dificuldade no acesso à consulta médica é o principal motivo atribuído à prática da automedicação em crianças, os analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos são os medicamentos mais utilizados na prática da automedicação em crianças e a prática da automedicação em crianças é menor entre os responsáveis com maior grau de instrução e os responsáveis desconhecem os riscos da prática da automedicação.

Embora o tema “automedicação em crianças” seja amplamente abordado na literatura, as estratégias de promoção à saúde visando o zelo com os acidentes medicamentosos em crianças e a prevenção da automedicação são deficientes, o que justifica a elaboração de políticas públicas efetivas voltadas para a resolução deste problema. Por outro lado, os profissionais de saúde precisam estar alertas quanto à essa questão, intervindo positivamente em casos de uso irracional de medicamentos (BRESEGHELLO et al., 2014).

Além disso, as frequentes propagandas em meios de comunicação que transmite a ideia de essencialidade do produto, onde todas as pessoas devem ter os medicamentos sempre ao alcance das mãos, para qualquer tipo de dores, aumentam ainda mais o consumo desenfreado (NAVES et al., 2010).

Diante da importância do assunto, compreende-se que a automedicação é uma prática perigosa de cuidar de si próprio. Por conta disso, a pesquisa tem como propósito caracterizar a prática de automedicação em crianças por parte de seus responsáveis, contribuindo para uma reflexão e aprofundamento do conhecimento desta prática, tanto por parte dos familiares, quanto pela equipe multiprofissional de saúde (CELLA; ALMEIDA, 2012).

Os objetivos são caracterizar a prática da automedicação em crianças por seus responsáveis, determinar a prevalência da prática de automedicação em crianças por seus responsáveis, destacar os principais motivos que levam à prática da automedicação em crianças, identificar os medicamentos mais utilizados na prática da automedicação em crianças, correlacionar a prática da automedicação com o grau de instrução dos responsáveis e investigar o conhecimento dos responsáveis acerca dos riscos da prática da automedicação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica ou de fontes secundárias de um levantamento de toda bibliografia já publicada nos últimos 10 anos em forma de revistas e meios eletrônicos, a qual tem finalidade de colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre o assunto, permitindo a ele a manipulação das informações (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para a realização desta pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico para seleção dos estudos nas bases de dados on-line: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema *Online* de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e PUBMED, onde chegou-se o total de 9 artigos por meio da associação dos seguintes descritores através da forma booleana “AND”:

1º associação: Automedicação Pediátrica AND Reação Adversa

2º associação: Reação Adversa AND Cuidado Farmacêutico.

3º associação: Cuidado Farmacêutico AND Automedicação Pediátrica

Os critérios de inclusão foram definidos a partir da utilização de artigos completos referentes à pesquisa, idioma (português e inglês), tempo do artigo (artigos publicados na faixa temporal de 2010 a 2020), tipo de estudo (artigos) e base de dados (LILACS, MEDLINE e PUBMED).

Os critérios para exclusão dos estudos foram: teses, resumos, congressos e textos incompletos, artigos publicados a mais de 10 anos, artigos que fogem à temática, artigos duplicados e artigos de revisão.

Foi construído um banco de dados alimentado por meio das análises obtidas do instrumento de coleta da pesquisa, no qual foram organizados em programa Microsoft Word 2010 que posteriormente foram categorizadas e apresentadas em tabelas. Por tratar-se de um estudo de revisão de literatura este trabalho não foi necessária a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS

Nesta revisão de literatura foram selecionados 9 artigos, nas bases de dados que foram combinados aos seguintes descritores: automedicação pediátrica, reação adversa, cuidado farmacêutico.

Ao analisar os 150 artigos selecionaram-se os que estavam concernentes aos objetivos, e em seguida todos os periódicos encontrados e resumos e feito uma leitura na íntegra restaram 52 artigos que, foram filtrados restando apenas 09 artigos que condizem perfeitamente com os todos os critérios de inclusão, sendo então excluídos os outros artigos restantes.

Quanto à distribuição dos estudos incluídos na amostra, referentes ao nome do periódico pôde-se constatar que a Revista Saúde Pública foi o periódico que mais teve artigo publicado com este tema, foram 04 (quatro) em um percentual de 88,9%.

Tabela 01. Distribuição dos estudos incluídos na amostra, referentes ao nome do periódico

NOME DO PERIÓDICO	NÚMERO ABSOLUTO	%
Revista Eletrônica de Farmácia	01	11,1%
Rev. Ciência Hoje	01	11,1%
Revista Univap	01	11,1%
Rev. Saúde Pública	04	88,9%
Revista Especialize On-line IPOG	01	11,1%
Revista Saúde em Foco	01	11,1%
	09	100%

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O Quadro 01 diz respeito aos autores das bases teóricas utilizados na pesquisa, de forma que se evidenciou que todos se trataram de artigos científicos; o autor do artigo, bem como o tipo de estudo, o objetivo e os resultados referentes a cada publicação utilizada na construção da pesquisa.

AUTOR	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS
Beckhauser (2010)	Revisão bibliográfica.	Analisar a utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis	A incansável busca da conscientização da população quanto ao perigo da automedicação pelos profissionais de saúde.
Belo (2017).	Revisão bibliográfica.	Elucidar dados sobre a automedicação em idade pediátrica	Portanto, o profissional farmacêutico assume importante papel como orientador e agente sanitário contribuindo para o uso racional de medicamentos.
Urbano et al., (2010)	Estudo de caso.	Demonstrar a relevância	Analisar o uso da automedicação infantil nas cidades de Santos e São Vicente
Lucas (2015)	Revisão bibliográfica.	Fazer uma análise sobre a problemática da automedicação na infância	Os resultados mostraram prevalência da automedicação semelhante à observada em países desenvolvidos, sugerindo que essa prática poderia atuar como um substituto da atenção formal à saúde
Goulart et al, (2012).	Revisão bibliográfica.	Apresentar aspectos sobre a automedicação em menores de cinco anos em municípios do Pará e Piauí: prevalência e fatores associados.	Deve haver uma conscientização dos danos causados pela automedicação e consequentemente tornar visível a conscientização da população quanto ao perigo dos efeitos adversos que certos medicamentos podem causar.
Tavares, 2017	Revisão bibliográfica.	Demonstrar como a interação entre o farmacêutico e os pais pode ser relevante.	A participação do farmacêutico na orientação ao paciente também reduz gastos com a saúde pública, visto que reduz a taxa de internação hospitalar causada por reações adversas ao medicamento.
Silva, et al., (2011)	Revisão bibliográfica.	Explicar sobre a incidência do uso irracional de medicamentos por automedicação.	Sendo assim, o uso irracional de medicamentos e a proliferação de reações adversas são desdobramentos perversos deste quadro, no entanto há riscos evitáveis associados a seu uso.
Weckx, L. (2012)	Revisão bibliográfica.	Apresentar como amenizar o uso de medicamentos sob autoprescrição.	Os resultados da pesquisa ressaltam que o uso indiscriminado de medicamentos é uma prática constante entre pais de crianças de zero a 7 anos.
Santos et al., 2013.	Revisão bibliográfica	Caracterizar a relevância do acompanhamento farmacêutico na automedicação em crianças.	A intervenção farmacêutica demonstra resultados positivos, reduzindo o custo, melhorando a prescrição.

Fonte: Pesquisa realizada em bases de dados

DISCUSSÃO

De acordo com os estudos de Beckhauser (2010) automedicação em crianças é bastante relevante e geralmente ocorre sob a responsabilidade das mães, em situações de febre e dor, com analgésicos e antitérmicos, sendo realizada por praticidade e por meio de antigas prescrições. Cabe ressaltar que essa prática é significativamente maior em crianças menores de sete anos e em domicílios com mais de quatro moradores.

Sendo assim Belo (2017) afirma que o papel do farmacêutico enquanto último profissional de saúde a contatar com o doente antes da administração medicamentosa, a quem caberá a oportunidade de adequar à idade pediátrica as situações passíveis de automedicação. A indústria farmacêutica deve, em nosso entender, investir em formas mais intuitivas de determinação da dose adequada, reduzindo a probabilidade de erro posológico. Aos cuidadores cabe terem um papel ativo e a conscientização de que a automedicação quando incorretamente praticada pode conduzir a consequências graves.

Corroboram Urbano et al., (2010) A questão mais preocupante talvez seja o fato do abandono de tratamento. A capacidade de julgar os sinais e sintomas que os responsáveis carregam com si tende a se deparar em uma grande tragédia. O desenvolvimento de resistência e tolerância a esses medicamentos pode acarretar em malefícios irreversíveis.

Diante disso, a automedicação assistida torna-se uma bela alternativa, mas para que isso aconteça de fato, profissionais da saúde devem assumir verdadeiramente seu papel como agentes promotores da terapia medicamentosa racional, no intuito de reverter esse processo desde a infância, pois crianças automedicadas provavelmente irão tornam-se adultas que vão automedicar. É um círculo vicioso, onde cada um exerce sua parcela de responsabilidade, consciente ou não dos problemas que a automedicação ocasiona.

Enfatiza ainda Lucas (2015) que vários medicamentos têm sido utilizados por pais a seus filhos sem a prescrição médica, com destaque para antitérmicos, analgésicos e em alguns casos até mesmo antibióticos. Os estoques domiciliares desses medicamentos geralmente são feitos em locais de fácil acesso pela criança, o que contribui significativamente para a ocorrência de intoxicações medicamentosas.

Diversos fatores parecem contribuir para o fenômeno da automedicação na infância, como condições socioeconômicas e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Diante dos elementos elencados, a automedicação assistida torna-se uma estratégia valiosa, mas para que isso ocorra, os profissionais da saúde devem atuar como agentes promotores da terapia medicamentosa racional, com o intuito de reverter esse processo desde a infância. O profissional farmacêutico tem papel preponderante na minimização dessa problemática mediante a adoção de posturas assistenciais que possam reduzir efetivamente os danos oriundos da automedicação na população infantil. (GOULART et al, 2012).

As pessoas de um modo geral podem facilmente obter medicamentos, tanto por receita médica como em venda livre. O consumo de medicamentos pelas pessoas, em especial as de idade faz parte de um vasto fenômeno social e cultural. O homem moderno desenvolveu uma grande dependência dos produtos químicos e será necessária muita energia para conseguir mudar a mentalidade, os costumes, as tradições e os hábitos de vida que modelam a nossa sociedade (URBANO et al., 2010).

A prática da automedicação pode levar a consequências danosas, com reações imprevisíveis, e elenca os riscos inerentes a esta prática como sendo: ocorrência de interações, uma vez que medicamentosas traz riscos de toxicidade, possibilidade de mascarar uma patologia grave, atrasar o tratamento correto a que está submetido, risco de abuso de medicamentos, resistência bacteriana, dependência e morte (LESSA, 2008).

No âmbito da automedicação alguns pontos importantes devem ser levados em conta para a formação de uma compreensão; por exemplo, a escolha de um medicamento se dá por seleção e esta deve ser realizada apenas por profissionais capacitados; daí a compreensão do autocuidado, que é uma ação estratégica cujo objetivo é prevenir as doenças e recuperar a saúde, com vistas ao uso de medicamento (LUCAS, 2015).

Os medicamentos isentos de prescrição são indicados para doenças de alta incidência e de baixa gravidade; são medicamentos de uso seguro e eficácia comprovada por estudos; no entanto, assim como qualquer outro medicamento pode causar danos quando usados incorretamente. O uso incorreto dos medicamentos pode ocasionar problemas renais e falência do fígado, órgão responsável pelo metabolismo de substância tóxica (BELO, 2017).

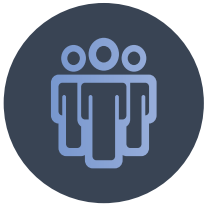
Ao falar-se sobre população mais acometida o Brasil esta entre os 10 países que mais consomem medicamento em todo mundo, sendo que as mulheres são as que mais utilizam desta automedicação. Sabe-se que a saúde é um direito constitucional, que deve ser garantido pelos nossos governantes a todos os cidadãos, mas a defasagem do atendimento nas unidades de pronto atendimento frequentemente induzem os pacientes a desistirem da consulta e procurar outro recurso para aliviar suas dores (SANTOS et al., 2013).

Tais resultados corroboram os estudos propostos por Tavares (2017) que afirma que devido o aumento de intoxicações medicamentosas provocadas ou não, vê-se a necessidade de uma supervisão eficaz por parte dos governantes em manter uma vigilância mais rigorosa penalizando as farmácias e drogarias que não cumprirem com os regulamentos de vendas de medicamentos de tarja vermelha e tarja preta com receituário com data de vencimento ultrapassada com o intuito de reduzir o número de casos de intoxicação e também agravamento de doenças patológicas. A criação de meios educativos pode contribuir para redução da compra de medicamento sem orientação médica.

Observa-se também que problemas com automedicação em crianças foram frequentes, dentre os mais citados temas: efeitos colaterais e a perda de efeito terapêutico – resistência a medicamentos – tendo este último como principal causa a utilização não regulada e consciente das drogas. Esperava-se que o uso de medicamentos por um grupo que está em frequente contato com tais produtos ocorresse de forma cuidadosa, uma vez que detêm importantes informações sobre a conduta correta de prescrições e sobre as indicações e contraindicações dos fármacos (WECKX, L. 2012).

Os medicamentos campeões do uso indiscriminado em crianças pelos pais são os analgésicos e antitérmicos. Estes apresentam efeitos colaterais importantes, podendo provocar problemas de estômago e hemorragias. Pode ser fatal se usado em casos de dengue e pode acelerar a progressão da insuficiência renal em crianças que se encontram nessas condições. Já os anti-inflamatórios, segundos colocados no ranking dos mais utilizados sem prescrição, podem gerar uma série de efeitos colaterais de ordem cardiovascular, além de também poderem contribuir para a progressão da doença renal (SILVA et al., 2012).

Resultados estes que corroboram com o estudo proposto por Santos et al., (2013) onde ele ressalta que dentre os medicamentos utilizados pelos pais com automedicação que predominam nessa prática, observa-se a presença de analgésicos e anti-inflamatórios, possivelmente pelo fácil acesso aos mesmos, acesso esse apontado nas ideias centrais e nos discursos do sujeito coletivo, os quais expressam características que podem explicar a prática de automedicação em crianças, mesmo tendo eles alta potencial de efeitos adversos.



CONCLUSÃO

Diante disso, é fundamental a informação sobre qualquer medicamento, a busca por profissionais da saúde é indispensável ao paciente, sobretudo quando se trata de criança, para que haja segurança tanto dos pais quanto das crianças ao ingerir o fármaco, também, na iniciação de qualquer tratamento. O uso inadequado pode trazer sequelas para essa criança pelo resto da vida.

O simples ato de tomar remédios sem recomendação médica pode ser prejudicial à saúde, isso decorre do uso inadequado de medicamentos, uma vez que pode causar até mesmo a morte.

O farmacêutico tem um importante papel no combate à automedicação de modo a contribuir para a diminuição diária de riscos gerados pela automedicação em crianças. Deve ser acompanhado por profissionais o uso de um medicamento que tenham tal conhecimento para que os remédios não sejam usados como frequência e nem na dosagem errada. O efeito do medicamento se deve a uma ou mais substâncias ativas com propriedades terapêuticas reconhecidas cientificamente, ao contrário do remédio que não possui reconhecimento científico.

No entanto, é preciso considerar o potencial de contribuição do profissional farmacêutico e efetivamente incorporá-lo às equipes de saúde a fim de que se possa garantir uma melhor utilização dos medicamentos, com a redução dos riscos de morbimortalidade e que seu trabalho proporcione meios para que os custos relacionados a sejam os menores possíveis para a sociedade.

Sendo assim de acordo com tudo que foi respaldado pelos autores, pode-se concluir que os objetivos da pesquisa foram satisfatoriamente alcançados e que mesmo sabendo que o uso de medicamentos de forma incorreta pode ocasionar sinergismos com outros medicamentos que estão a serem usados, proporcionando maior probabilidade de ocorrer reações adversas, alérgicas, ou atrasar no diagnóstico, ou mesmo chegar a um nível de intoxicação medicamentosa, podendo levar o paciente a morte, alguns pais continuam usando medicamentos sem consultar os profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de (2008). Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(Suppl.), 733-736.

ARANDA DA SILVA, J. A. "Existe uma ligação direta entre a qualidade de vida e a automedicação". Entrevista concedida PRISFAR News. Disponível em: Acesso em: 17 jan 2009.

BECKHAUSER, Gabriela Colonetti et al. Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. *Rev Paul Pediatr*. 2010. vol.28, n.3, pp.262-268.

BELO, Nídia et al,. Automedicação em idade pediátrica. *Nascer e crescer birth and growth medical. Journal Year 2017*, vol XXVI, n.º 4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 20 de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Disponível em: < <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC2020202011.pdf>> Acesso em: maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: < http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf> Acesso em: abr. de 2014.

CARVALHO DC, SHUELTER-TREVISOL F, MENEGALI BT, TREVISOL DJ. Uso de medicamentos em crianças de zero a seis anos matriculadas em creches de Tubarão, Santa Catarina. *Rev. Paulista Pediatr*. 6(3): 238-244, 2008.

CARVALHO, D. C. et al. Uso de medicamentos em crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches de Tubarão, Santa Catarina. *Rev. Paul. Pediatria*. n. 26, 2008.

CARVALHO, William de Freitas Os primeiros socorros: uma resposta vital em situação de urgência. - Lisboa: Edições Piaget, 2014. 289p.

CERQUEIRA, G.S., DINIZ, M.F.F.M., LUCENA, G.P., DANTAS, A.F. E LIME, M.B. Perfil da automedicação em acadêmicos de enfermagem na cidade de João Pessoa. *Conceitos*. (2005). 2004-2005, p.123-126.

GOULART IC, CESAR JA, GONZALEZ-CHICA DA, NEUMANN NA. Automedicação em menores de cinco anos em municípios do Pará e Piauí: prevalência e fatores associados. *Rev Bras Saúde Materno Infant* 2012;12:165-72.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A.; Metodologia qualitativa e quantitativa. In: Metodologia. Revista de Enfermagem Referência, 2011.

LUCAS, Eduardo Alexander Júlio Cesar Fonseca. A problemática da automedicação na infância. *Revista Enfermagem Brasil*. 2015.

MATOS, G. C.; ROZENFELD, S.; BORTOLLETO, M. E. Intoxicações medicamentosas em crianças menores de 5 anos. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil*, 2011.

OLIVEIRA EA, BERTOLDI AD, DOMINGUES MR, SANTOS IS, BARROS AJD. Uso de medicamentos do nascimento aos dois anos: coorte de nascimentos de Pelotas, RS, 2004. Rev. Saúde Públ. 44(4): 591-600, 2010.

PAULO, C. G. & ZANINE, A. C. PEREIRA JR et al. Riscos da automedicação: tratando o problema com conhecimento. (2006) Cited 2014 Feb. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/premio_medica/pdfs/trabalhos/mencoes/januarua_ramos_trabalho_completo.pdf Acesso em: abr. de 2014.

SANTOS, T. R. A. et al. Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 94-103, fev. 2013.

SILVA et al., 2014 Automedicação. Rev. Assoc. Med. Bras. vol.47 no.4 São Paulo Oct./Dec, 2001.

SOUZA, 2013. A utilização da saúde, aumentando assim a ida as farmácias. NASCIMENTO; VALADÃO, 2013.

SILVA, I. M. et al. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1.651-1.660, ago. 2011.

TAVARES, Aline Casais. Contribuição do Farmacêutico para a automedicação responsável. Revista Especialize On-line IPOG- Goiânia- Ano 8, Edição nº 14 Vol. 01. 2017.

TOURINHO FSV, BUCARETCHI F, STEPHAN C, CORDEIRO R. Farmácias domiciliares e sua relação com a automedicação em crianças e adolescentes.

URBANO, Ayra Zaine Rodrigues et al., Automedicação infantil: o uso indiscriminado de medicamentos nas cidades de Santos e São Vicente. Revista Ceciliana. Dez 2(2): 6-8, 2010.

WECKX, L. Antibióticos: do uso ao abuso. Braz. J. Otorhinolaryngol, São Paulo, v. 78, n. 2, p. 2, abr. 2012.